

Políticas para a Educação Superior

Programas de Governo

Demandas do Setor

Plano Nacional de Educação

Ricardo Martins – Outubro 2014

**Os documentos dos candidatos apresentam
várias convergências**

AÉCIO NEVES

. Aprimoramento do PRONATEC, articulado com as vocações locais e as condições das redes estaduais; apoio à infraestrutura; articulação com o ensino médio.

. Articulação mais eficiente da iniciativa privada ao esforço de expansão e qualificação da educação superior.

. Manutenção e aprimoramento do PROUNI e do FIES: estímulo à qualificação, melhoria da avaliação das IES; superação de expansão precária; garantia de sustentabilidade e qualidade.

DILMA ROUSSEFF

. O PRONATEC.

. A expansão da rede federal.

. O PROUNI e o FIES.

. O SISU e o ENEM como via de acesso.

. A legislação de cotas.

MARINA SILVA

. Articulação entre ensino médio e superior; políticas para redução da evasão

. Estudo para ampliação de vagas nas localidades com maior demanda de concluintes do ensino médio (especialmente interior).

. Fortalecimento das políticas de inclusão: cotas, FIES e PROUNI.

AÉCIO NEVES

. Diversificação; ampliação da oferta de cursos tecnológicos conectada com a empregabilidade; definição de padrões de qualidade para IES voltadas para a educação geral e a preparação profissional.

. Garantia de autonomia plena das universidades.

. Consolidação e ampliação da cooperação internacional.
. Fortalecimento da Capes e da pós-graduação.
. Fomento à pesquisa nas IES públicas e privadas de excelência.
. Coordenação entre as políticas de C,T & I e as do ensino superior.

DILMA ROUSSEFF

. O Programa Ciência sem Fronteiras.

MARINA SILVA

. Aprimoramento da avaliação: critérios, integração dos resultados e respeito às particularidades institucionais.

. Incentivo a pesquisas que resultem em propostas inovadoras para a sustentabilidade, a equidade e novos conhecimentos.
. Criação de programas de acesso dos estudantes às pesquisas e experiências internacionais.

AÉCIO NEVES

- . Coordenação da política nacional de formação de professores, tanto junto às IES formadoras públicas e privadas e às secretarias de educação.**
- . Formação de professores orientada pela base nacional curricular; estímulo para uso pedagógico de tecnologias da informação e comunicação nos cursos de formação.**

DILMA ROUSSEFF

- . Melhoria da formação do professor de educação básica.**

MARINA SILVA

- . Redefinição e aprimoramento da formação inicial e continuada dos profissionais da educação; alinhamento com as políticas para a educação, o mundo contemporâneo e a base curricular nacional; diálogo com as IES públicas e particulares e outras instituições e segmentos.**
- . Criação de um subsistema nacional de formação de professores.**
- . Novas alternativas de formação em IES que reúnam as licenciaturas em centro de formação do professor.**

AÉCIO NEVES

DILMA ROUSSEFF

MARINA SILVA

. Promoção da função social das IES : oferta de créditos obrigatórios em projetos de intervenção, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade social.

Os 3 eixos do documento da ABMES e do debate de 2 de setembro:

- . Representatividade e participação**
- . Agilização dos processos regulatórios**
- . Avaliação**

Representatividade e participação

**As políticas de desenvolvimento e a expansão do sistema da
educação superior e o PNE**

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta...

	2012	2013	2023
Matrículas Totais	7.037.688	7.305.977	11.796.676
Taxa Bruta	32%	32%	50%
Matr. 18-24 anos	3.338.602	3.742.000	7.785.806
Taxa Líquida	15,1%	16,5%	33%

Fontes: IBGE – PNAD e INEP – Censo da Educação Superior

Em 10 anos:

- . Aumentar em mais de 50% a taxa bruta de escolarização.**
- . Dobrar a taxa líquida.**

Meta 12: ... e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O histórico da evolução do número total das matrículas não é, estatisticamente, incompatível com a meta, no setor privado.

Matrículas	2004	2013	Δ % 2013/2004	2023	Δ % 2023/2013
Total	4.223.344	7.305.977	73	11.796.676	61
Públicas	1.214.317	1.932.527	59	3.728.807	93
Particulares	3.009.027	5.373.450	78	8.067.869	50

Ao final do PNE, o setor privado seguirá sendo majoritário.

Dep. Administr.	Matrículas	%
Públicas	3.728.807	32
Particulares	8.067.869	68
Total	11.796.676	100

O aumento de estudantes mais jovens na educação superior é desafio mais difícil.

Em 10 anos (de 2004 a 2013), a taxa líquida de escolarização cresceu apenas 6,3 pontos percentuais.

Educação Superior
Evolução da Taxa Líquida de Escolarização – 2002 - 2013

Ano	Taxa Líquida
2002	9,8
2004	10,2
2008	13,9
2011	14,6
2012	15,1
2013	16,5

Fonte: IBGE - PNAD

O êxito na elevação da taxa líquida de escolarização depende, entre outros fatores, de melhorias no fluxo do ensino médio, há dez anos com número estável de concluintes.

Ensino Médio		Educação Superior (presencial)		
Ano	Concluintes	Ano	Vagas	Ingressos
2002	1.884.874	2003	2.002.733	1.262.954
2003	1.851.834	2004	2.320.421	1.303.110
2007	1.749.731	2008	2.985.137	1.505.819
2010	1.793.167	2011	3.228.671	1.686.854
2011	1.825.980	2012	3.324.407	1.970.392

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior

O País tem dificuldades em promover a escolaridade superior para a população mais jovem.

Proporção da População de 25 a 64 anos com Educação Superior - 2012

	25 a 64 anos	25 a 34 anos (A)	55 a 64 anos (B)	Diferença A-B
Alemanha	28	29	26	3
Brasil	13	14	10	4
Chile	18	22	13	9
Coreia	41	66	14	52
E. Unidos	38	59	32	27
Finlândia	39	40	31	9
França	31	43	20	23
Japão	38	59	32	27
México	18	24	13	11
OECD	33	39	24	15

Fonte: OCDE, Education at a Glance, 2014

Um dos obstáculos a vencer é o reduzido índice de conclusões em tempo esperado

Graduação Presencial

Taxas Médias de Conclusão (Relação Concluintes/Ingressantes em %)

Segundo Hipóteses de Tempo Médio para Conclusão – 2001 - 13

Tempo Médio Conclusão	Total	Públicas	Privadas
4 anos	48	57	46
5 anos	50	58	48
6 anos	51	59	49

Fonte: Inep – Censo da Educação Superior

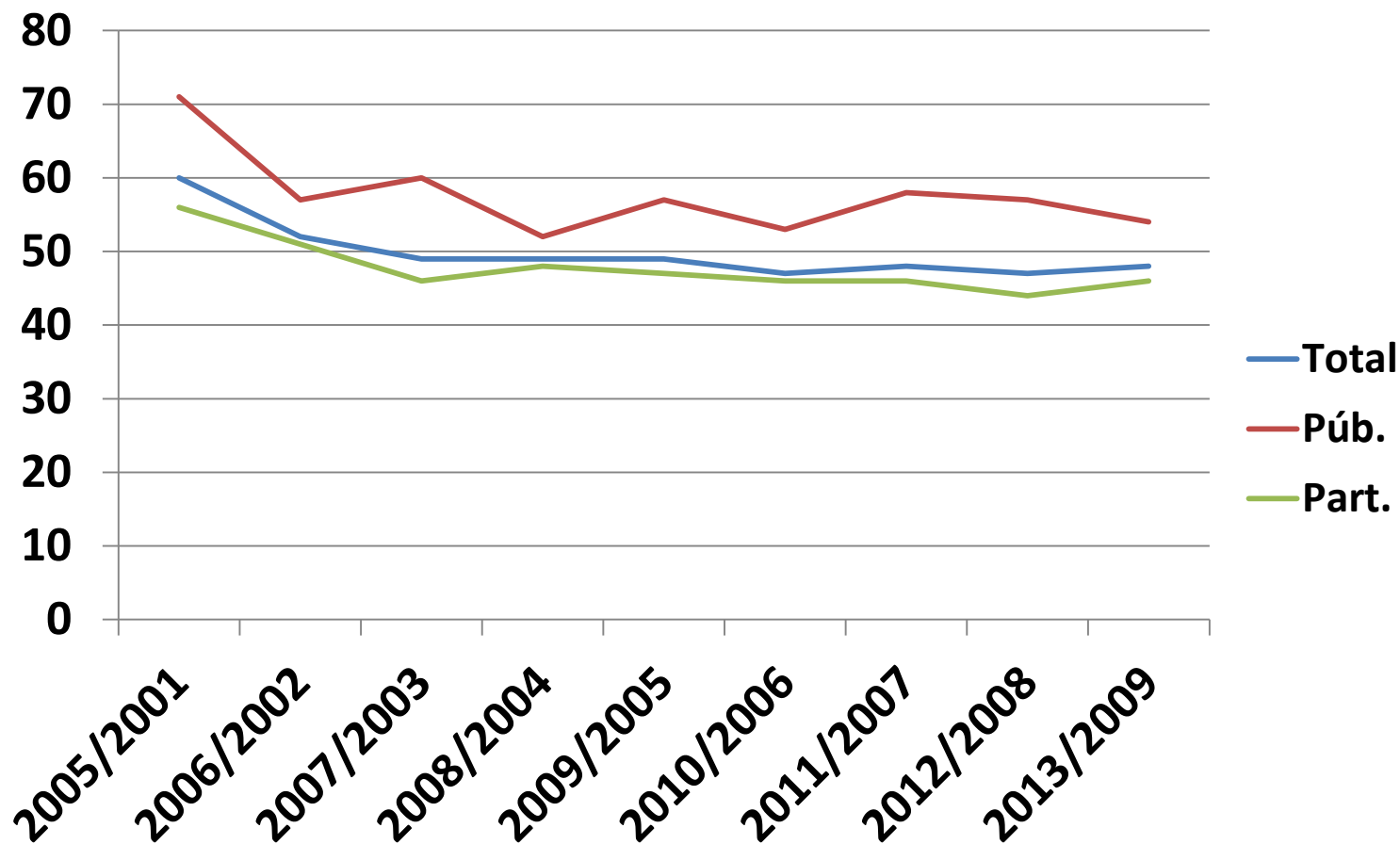
PNE – Estratégia 13.8:

Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e ...

Após redução, as taxas de conclusão tendem à estabilidade nos últimos 10 anos

Graduação Presencial

Evolução Taxa de Conclusão (Hipótese Tempo Médio de 5 anos) – 2001- 2013



A agilização dos procedimentos regulatórios

Estratégia 12.19:

Reestruturar com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de 2 (dois) anos, os procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal de ensino;

- . A organização institucional – o projeto do INSAES**
- . Os procedimentos operacionais**
- . A relação entre avaliação e regulação**

A avaliação da educação superior

A avaliação

O sistema de 1995 e o SINAES: três eixos em comum

O SINAES:

- . A relação entre contexto e resultados**
- . A avaliação interna como base**
- . Os cursos no contexto institucional**
- . Os resultados dos estudantes e o nível de formação**
- . A complexidade do sistema e a sua gestão**
- . Índices e perfis**

Estratégia 13.1:

Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão;

Estratégia 13.3:

Induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

A Lei do SINAES prevê:

Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e Instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

A dimensão e a complexidade do sistema

Número de Instituições em 2013

	Total	Públicas	Privadas
Universidades	195	111	84
Centros Universitários	140	10	130
Faculdades Isoladas	2.016	140	1.876
IFETS e CEFETs	40	40	-
Total	2.391	301	2.090

Evolução das Matrículas e Cursos 2004 a 2013 e Projeção para 2023

	2004	2013	2023
Matrículas	4.223.344	7.305.977	11.796.676
Cursos	18.751	32.049	51.068
Matr./Curso	225	228	231

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior

Avaliação horizontal

- . Definição de critérios básicos que contemplem a diversificação**
- . Aferição de resultados: o ENADE**

Avaliação vertical

- . Verificação amostral**
- . Análise detalhada de casos específicos**

A tendência à ênfase nos resultados:

- . a necessidade de reformatação do ENADE**

O ENADE

Estratégia 13.2:

Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação;

Estratégia 13.6:

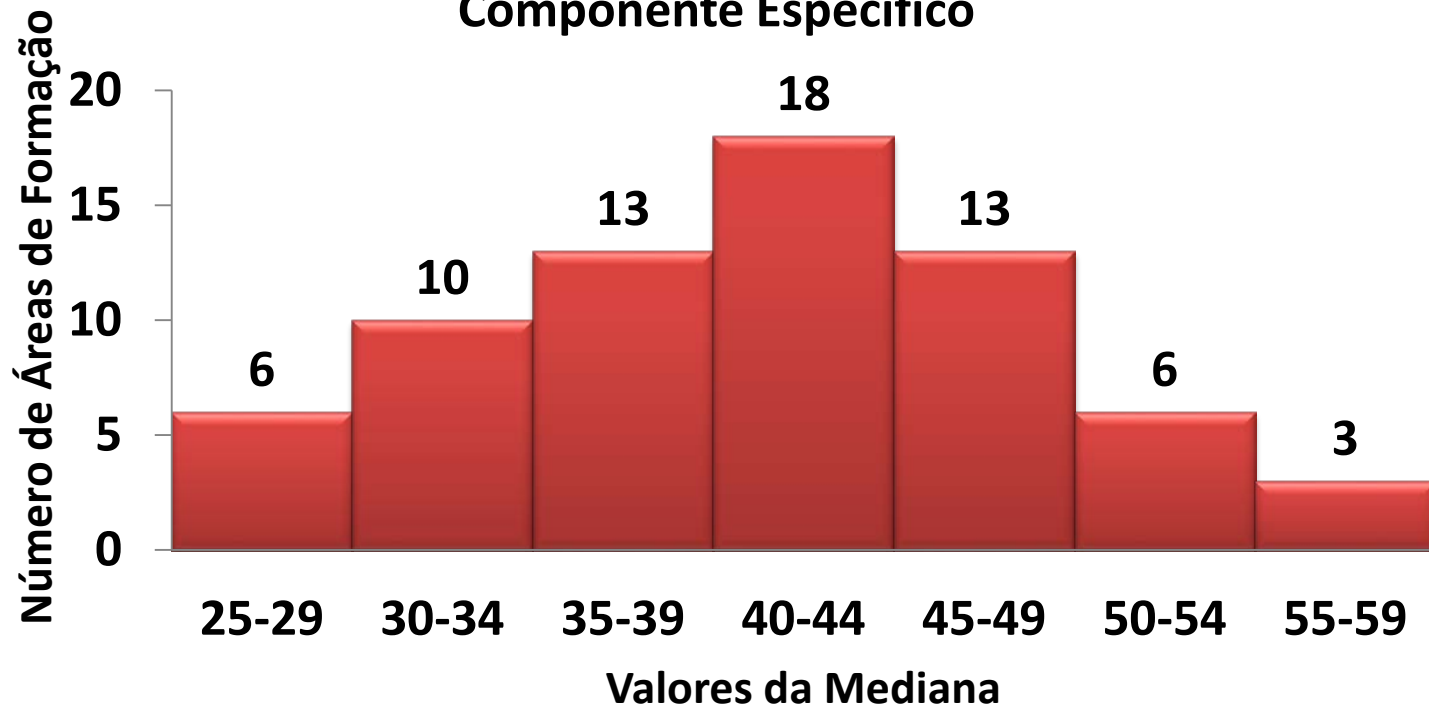
Substituir o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de apurar o valor agregado dos cursos de graduação;

Estratégia 13.8:

...e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

Se o ENADE é um instrumento adequado, os resultados não são muito animadores.

ENADE 2010 - 2012 - Distribuição das 69 Áreas de Formação por Valores da Mediana de Resultados no Componente Específico



O ENADE:

- . Universalização e obrigatoriedade**
 - . O número anual de conclusões na educação superior está em torno de 1 milhão.**
 - . O número de alunos avaliados na Prova Brasil, a cada biênio, é de 4,5 milhões.**
- . Relevância do resultado para o aluno**
 - . Identificação com a instituição**
 - . Individualização**
- . Periodicidade**
- . Comparabilidade**

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

**Educação Superior – Funções Docentes e
Proporção com Mestrado e Doutorado – 2004 e 2013**

Dep. Administr.	2004			2013		
	Número Funções	% Mestrado	% Doutorado	Número Funções	% Mestrado	% Doutorado
Brasil	279.058	35	21	367.282	40	33
Públicas	515.808	27	39	596.401	30	53
Privadas	157.711	39	12	203.355	47	18

Fonte: Inep – Censo da Educação Superior

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Número de Titulações – Mestrado e Doutorado – 2003 e 2012

Nível	2003	2012
Mestrado	25.997	42.878
Mestrado Profiss.	1.652	4.260
Doutorado	8.094	13.912

Fonte: Geocapes

Participação Proporcional das IES privadas na Oferta de PG Stricto Sensu – 2003 e 2012

	2003	2012
Cursos	16,8	18,5
Matrículas	17,3	15,6

Fonte: Geocapes

Formação de Professores

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

As instituições particulares são as que mais formam educadores para a educação básica

Indicadores sobre Formação de Educadores - 2003 - 2012

	2003			2012		
	Total	Proporção		Total	Proporção	
		Públicas	Privadas		Públicas	Privadas
Instituições	1.279	17	83
Cursos	5.295	51	49	8.171	55	45
Matrículas	838.102	46	54	1.362.235	44	56
Concluintes	144.735	43	57	223.392	32	68

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior

Mantida a relação entre número de matrículas e número de funções docentes e na educação básica (48,3), o número anual de concluintes nos cursos de formação de educadores deverá crescer pelo menos 40%, em 10 anos.

Indicadores	2013	2023
A. Total de funções docentes na educação básica	2.148.023	2.359.336
B. Total de funções docentes com nível superior	1.607.181	2.359.336
C. Elevação para Nível Superior (= B 2023 – B 2013)		752.155
D. Elevação por ano (= C 2023 / 10)		75.215
E. Reposição de Aposentadorias (=10% de A 2023)		235.933
F. Formação Anual (=D 2023+ E 2023)	223.392	311.148

Fontes: INEP – Censos da Educação Básica e da Educação Superior e Projeções do Autor

O atendimento quantitativo é viável. A questão central é curricular:

- . Base nacional curricular comum da educação básica**
- . Modernidade tecnológica da formação**

Muito obrigado.